



Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material

ISSN: 0101-4714

ISSN: 1982-0267

Museu Paulista, Universidade de São Paulo

VILARDAGA, JOSÉ CARLOS

Vilas e cidades em trânsito: assentamentos urbanos, agência indígena e fronteira colonial na formação do espaço platino (séculos XVI e XVII)¹

Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, vol. 29, d1e7, 2021

Museu Paulista, Universidade de São Paulo

DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02672021v29d1e7>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27365965015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Vilas e cidades em trânsito: assentamentos urbanos, agência indígena e fronteira colonial na formação do espaço platino (séculos XVI e XVII)¹

Villages and cities in transit: urban settlements, indigenous agency and colonial frontier in the formation of the platinum space (16th and 17th centuries)

<https://doi.org/10.1590/1982-02672021v29d1e7>

JOSÉ CARLOS VILARDAGA²

<https://orcid.org/0000-0001-8245-7837>

Universidade Federal de São Paulo / Guarulhos, SP, Brasil

RESUMO: Este texto busca apresentar uma análise, em conjunto, dos assentamentos urbanos coloniais desaparecidos ou trasladados ao longo do primeiro século e meio de colonização da América Meridional, especificamente na região platina, que compreende aqui as jurisdições espanholas do Paraguai, Rio da Prata e Tucumã, e a Capitania de São Vicente, no Brasil. Para além, ou aquém, dos debates sobre ordenamento europeu ou morfologia urbana, a proposta é refletir sobre os assentamentos surgidos nestes espaços de fronteira colonial, marcados pela precariedade, mobilidade e porosidade, e por uma intensa e essencial relação com as populações indígenas contíguas. Busca-se, aqui, sobretudo, entender o papel desses assentamentos na conformação do território colonial platino e na constituição de experiências americanas compartilhadas.

PALAVRAS-CHAVE: América Meridional. Espaço platino. Traslados urbanos. Fronteira colonial. Agência indígena.

1. Este artigo faz parte do projeto “Dinâmicas do espaço platino: pessoas e objetos em circulação pelos caminhos do Prata entre 1530-1640”, que contou com financiamento parcial da Fapesp.

2. Bacharel e Licenciado em História pela Universidade de São Paulo (USP), fez Mestrado e Doutorado em História Social pela mesma universidade (FFLCH-USP). Professor da área de História da América na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). É um dos coordenadores do Laboratório de Pesquisa em Histórias das Américas (Lapha/Unifesp) e membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre os Impérios Ibéricos na Época Moderna (séculos XV-XVII), o Finisterra_lab (USP). E-mail: <zecavilardaga@gmail.com>.

ABSTRACT: This text seeks to present a joint analysis of the colonial urban settlements that disappeared or moved over the first and a half-century of colonization of South America, specifically in the platinum region, which includes the Spanish jurisdictions of Paraguay, Rio da Prata and Tucumã, and the Captaincy of São Vicente, in Brazil. In addition to, or below, the debates on European ordering or urban morphology, the proposal is to reflect on the settlements that emerged in these colonial frontier spaces, marked by precariousness, mobility and porosity, and by an intense and essential relationship with the contiguous indigenous populations. The aim here is, above all, to understand the role of these settlements in shaping the platinum colonial territory, and in the constitution of shared American experiences.

KEYWORDS: History of Southern America. Platinum space. Urban transfers. Colonial borders. Indigenous agency.

INTRODUÇÃO

Um personagem bem conhecido da história colonial da América Meridional, Salvador Correia de Sá e Benevides, filho e neto de governadores do Rio de Janeiro, passou por São Paulo em 1630 rumo ao Paraguai para levar sua prima ao encontro do marido, Luis de Céspedes Xeria, governador paraguaio. Depois de percorrer o Guairá, chegou a Assunção e lá foi nomeado para enfrentar os Paiaгуá e Guaicuru. Na ocasião, a justificativa era sua experiência nas guerras contra os indígenas que viviam ao longo do território que ia de São Vicente ao Paraguai. Dali, foi a Buenos Aires, onde se envolveu com a escolta das carretas de mercadorias que rumavam a Córdoba, e o combate aos índios Chana. Casou e tornou-se *encomendero* em São Miguel de Tucumã, participando ativamente das guerras contra os indígenas dos vales Calchaquíes, nos anos de 1631-32. Foi a Charcas, a Potosí e chegou a servir em Salta. Com a morte do pai, no Rio de Janeiro, voltou à cidade para pleitear o governo da capitania.³ Sua trajetória corporifica uma espacialidade luso-castelhana articulada e estruturada numa rede de caminhos e assentamentos urbanos. Mas corporifica, sobretudo, uma presença colonial marcada pela relação constante e conflituosa com os grupos indígenas que viviam nesta espacialidade. Talvez não encontremos um exemplo tão bem-acabado como este, que reúne em sua trajetória toda esta experiência colonial vivenciada através de um determinado espaço. Sem dúvida o encaixe de outros personagens e suas mercadorias, revelaria segmentos, trechos e conexões desta espacialidade transfronteiriça que foi vivida de múltiplas formas, dentre as quais a conflituosa, quase sempre presente, como nos faz lembrar o percurso do próprio Benevides e a violenta ação dos bandeirantes oriundos de São Paulo.

Milton Santos definiu o espaço como uma articulação entre as relações sociais e uma determinada configuração territorial.⁴ Neste sentido, o espaço seria dinâmico e, de modo geral, não coincidiria necessariamente com as fronteiras jurisdicionais e administrativas que buscavam demarcar territórios como atos de vontade política.⁵ Esse dinamismo se expressa na rede formada pelos fixos e fluxos que organizaram esse espaço. Assentamentos e caminhos estruturaram a ocupação e a formação de uma espacialidade que deve ser vista como dinâmica e “experimental”. Dessa forma, estas cidades e vilas, mesmo que instáveis, participaram da organização dessa espacialidade platina a partir das redes de relações sociais – e étnicas – estabelecidas na interação com configurações territoriais de natureza diversa, e estruturadas nos caminhos que, assim como os fixos, também eram mutantes. O espaço era a categoria dominante desse processo de expansão europeia na América. Como asseverou Morse, “o espaço,

3. Boxer (1973).

4. Milton Santos (2006)

5. Moraes, (2000).

6. Morse; Domingues (2017, p. 135).

7. Dentre outros: Romero (2005), Holanda (1991), Morse (1997), Elliott (2007), Bicalho (2003), Santos (2001), Rama (2015).

8. Morse; Domingues (2017, p. 135).

9. Reis (2004).

10. Filho (2007).

11. Gutierrez (2010, p. 38).

não o tempo, tornou-se o principal fator da experiência americana".⁶ E se a relação social é o dado fundamental da organização deste espaço, desta experiência, há de se concluir que esta era, naquele contexto, sobretudo uma relação entre colonos e os mais diversos grupos indígenas.

Uma parte fundamental desta relação se fez através dos assentamentos urbanos coloniais. A importância das cidades na lógica da expansão europeia, especialmente ibérica, na América, já foi assunto de debate para diversos estudiosos. Cumprindo papel "civilizatório", funcionando de base da conquista, reunindo colonos, *reduzindo* indígenas, articulando impérios, ou organizando redes comerciais, as cidades, vilas, reduções e assentamentos em geral, tiveram papel de destaque na organização e hierarquização dos espaços coloniais e na delimitação de territórios e jurisdições.⁷ No caso específico da América espanhola, a temática agregou importantes análises sobre a morfologia urbana, pensada e normatizada gradativamente no chamado modelo clássico, da *plaza* e *damero*. Para além, ou aquém, do ordenamento e racionalidade europeia presentes nestas concepções, a proposta deste texto é levantar algumas tópicas de reflexão sobre os assentamentos surgidos no primeiro século e meio da colonização da América Meridional, especificamente nas jurisdições do Paraguai, Rio da Prata, Tucumã e Capitania de São Vicente, esta última parte da América portuguesa. Para tanto, partimos da ideia de que num espaço que era eminentemente fronteiriço, que se articulou a partir do jogo sempre mutante das relações sociais e étnicas e das condições naturais, a instabilidade, precariedade, mobilidade e porosidade caracterizaram muito mais o cenário urbano da região na lógica da expansão europeia do que os ordenamentos e a estabilidade. Uma provisoriedade que expressava as incertezas de uma colonização que, a despeito das funções imperiais, civilizacionais e de soberania que poderiam ser atribuídas às cidades coloniais, era marcada essencialmente pelo pragmatismo imposto pela realidade cotidiana.⁸ O que se pode chamar de uma racionalidade possível, presente na estruturação destes núcleos tão intrinsicamente relacionados aos sítios escolhidos para seus estabelecimentos, assim como com as interações sociais estabelecidas com as populações que a envolviam.⁹

Há de se ter em conta que o diferencial fundamental de um assentamento construído pelo invasor numa realidade colonial, é o seu papel como elemento chave de dominação sobre as populações autóctones.¹⁰ Dominação muitas vezes estabelecida gradualmente por meio de processos iniciais de aliança, negociação e colaboração. Claro também deve estar, portanto, que neste processo de interação quase sempre forçada entre populações, os hibridismos ressignificaram espaços, sentidos e formas de construir, ocupar e interagir nestes mesmos núcleos, conformando "um processo assimétrico de transculturação".¹¹ Tendo isto em

conta, mas deixando uma análise destas mestiçagens para um outro momento, o que pretendemos aqui é uma análise de conjunto desse fenômeno do estabelecimento inicial de assentamentos urbanos na região platina, jogando luz sobre os que tiveram suas trajetórias marcadas pelos desaparecimentos ou traslados, uma constante nesse período e nessa espacialidade.

As reiteradas discussões sobre as supostas diferenças de padrão urbano entre lusos e castelhanos na América, que já renderam inúmeras e brilhantes páginas de Sérgio Buarque de Holanda ou José Luis Romero,¹² por exemplo, aqui não nos pareceram pertinentes exclusivamente em função de nossos objetivos. Atrelados à realidade violenta e instável dos tempos iniciais da conquista e colonização ibérica no espaço platino, nos parece que, ademais, a perenidade ou transitoriedade de uma vila ou cidade pouco teve a ver com seu ordenamento ou planejamento conforme o padrão *damero* de Índias, com sua eventual plasticidade morfológica, ou com algum “descuido” em suas escolhas.¹³ Como lembra Nestor Goulart, mais do que compreender uma eventual espontaneidade ou dirigismo de um assentamento, nos importa conhecer as determinações sociais atreladas à sua criação.¹⁴ E também em sua manutenção!

12. Holanda (1991); Romero (2005).

13. Sobre o “descuido”: Omega (1961).

14. Reis (1968).

15. Atas (1914, v. 1; p. 67).

16. Novais (1997).

17. Schmidl (1950, p. 103).

PELAS PARTES DO BRASIL

Em setembro de 1557, alguns moradores da vila de Santo André da Borda do Campo, no planalto da Capitania de São Vicente, sertão adentro, reivindicaram a mudança de assentamento da vila. Alegavam que a fome grassava, o gado morria e a água estava distante. As atas sobreviventes desta efêmera vila, na boca do sertão, expressavam ainda as dificuldades de se viver em fronteira naquele contexto.¹⁵ A necessidade de defesa, as ameaças de ataques de indígenas e a tentativa de manter a população reunida, são claros sinais de um cotidiano marcado pela mobilidade e precariedade, situações típicas da realidade colonial em seus primeiros anos, senão em toda sua temporalidade.¹⁶ O viajante alemão Ulrico Schmidl, que passou pela vila em 1553, vindo do Paraguai, deixou registrado que o lugar parecia uma “casa de latrocínio”, e que o potentado local, um português chamado João Ramalho, não era de confiança. Este tinha muitos filhos mamelucos, e conseguiria, segundo o cronista-soldado, reunir pelo menos cinquenta mil aliados indígenas ao seu lado, enquanto as autoridades portuguesas mal chegariam a dois mil.¹⁷ Ulrico avisa ainda que Ramalho dizia não querer estar submetido ao rei de Portugal, nem a seus enviados, o que parecia reforçar o sentido autonomista daquele sítio “cristão”

18. Carta de Anchieta a Ignácio de Loyola (1554), *Monumenta* (1957, v. II, p. 115).

19. Carta do Padre Leonardo Nunes a Manoel da Nóbrega (1549), *Monumenta* (1956, v. I, p. 200-210).

20. Monteiro (2004).

nas fronteiras da América portuguesa. O padre jesuíta José de Anchieta, com o qual Ramalho travaria vários embates nos anos posteriores, chegou a dizer ao provincial da ordem, Loyola, em 1554, que aquele, alertado sobre as ameaças de uma eventual Inquisição em função de suas relações poligâmicas com as indígenas, respondera que “vararia com flecha duas inquisições”.¹⁸ Contra o rei e contra a Igreja parecia se posicionar aquele insubmisso enclave sob liderança de Ramalho. Acorava-se no poderio conseguido através das alianças indígenas.

A história dessa ocupação no planalto da Capitania de São Vicente, para além dos contrafortes da Serra do Mar, recua pelo menos à década de 1530. Quando o donatário Martim Afonso de Souza aportou naquele litoral, em 1532, não só “fundou” a vila de São Vicente, como também teria subido a serra após ouvir que alguns cristãos viviam no planalto, especialmente um tal de João Ramalho, um náufrago ou degredado de origem incerta. Nessa ocasião, Martim Afonso teria criado uma vila “nove léguas” sertão adentro, chamada de Piratininga. De localização desconhecida, a historiografia regional já gastou algumas páginas arrastando seu provável sítio pelas margens dos rios dos campos de mesmo nome. Seja como for, na década de 1550, o padre jesuíta Leonardo Nunes, um dos primeiros a atuarem serra acima, relatou como encontrou diversos cristãos “derramados” pela região, mas não faz referência a antiga vila de Piratininga.¹⁹ Nunes teria reunido alguns desses sujeitos esparsos e erigido uma capela com orago de Santo André, local onde poucos anos depois, em 1553, o governador geral Tomé de Souza mandou erigir uma vila, Santo André da Borda do Campo, na qual João Ramalho assumiria a condição de capitão-mor. Assentar formalmente esses “cristãos” em vila portuguesa, e alçar a posto de mando a João Ramalho, eram parte de uma estratégia simples, adotada por Martim Afonso e Tomé de Souza, com vinte anos de diferença, visando o aproveitamento das redes de alianças indígenas já formadas pelo arredo patriarca do planalto.

A consolidação da presença colonial naquelas paragens, únicas de terra adentro da ainda incipiente colonização portuguesa, dependia totalmente destas alianças que propiciariam alguma segurança, fornecimento de alimentos e, especialmente, de mão de obra através das já instaladas práticas de comercialização de escravos indígenas capturados em guerras intertribais ou via resgates variados. Contudo, essa aliança de Ramalho com os grupos indígenas do planalto, inclusive com um de seus sogros, o cacique Tibiriçá, baseada nas práticas de *cunhadismo*, não conseguiu garantir a sobrevivência da vila, que terminou sendo dissolvida em 1560, e seus moradores trasladados três léguas sertão adentro, para o entorno do colégio de São Paulo de Piratininga, fundado por padres jesuítas em 1554.²⁰ Indícios revelam que as relações entre os padres do colégio e o assentamento de Ramalho

nunca foram das melhores, mas as razões da balança pender para o colégio, em detrimento da vila já oficializada, ainda não foram totalmente esclarecidas.

A necessidade de reunir os assentamentos parcamente povoados por colonos europeus num único sítio parecia evidente, e urgente, visto que o clima de conflitividade entre os grupos Tupiniquim e Tupinambá era grande. Alianças indígenas alcunhadas pela historiografia como “Confederação dos Tamoios”, investiram agressivamente contra os portugueses e seus aliados Tupiniquim entre as décadas de 1550 e 1560, ocasionando uma série de escaramuças por toda a região sul, e gerando inclusive o cerco à vila de São Paulo em 1562, ocasião na qual o incipiente assentamento quase pereceu. Os conflitos também se interiorizaram, seguindo sertão adentro e opondo povos Tupi a Guarani, e estes contra os castelhanos no Guairá, na margem esquerda do rio Paraná.

Entre os anos de 1550 e 1560, os jesuítas, instalados no colégio de São Paulo de Piratininga, travaram uma disputa pela influência sobre os índios do planalto, contra João Ramalho e seus filhos, estabelecidos em Santo André. O padre Leonardo Nunes chegou a ser fisicamente agredido pelo líder andreense, que acusava os jesuítas de “pecarem” com as índias. Manoel da Nóbrega tentou suavizar o contencioso, oferecendo o perdão dos “delitos” de Ramalho desde que ele resolvesse sua situação marital, pois possuía esposa em Portugal, provavelmente falecida, já que vivia no Brasil há mais de quarenta anos. A proposta era que ele se casasse formalmente com uma de suas mulheres indígenas, o que se efetivou através da união com Bartira, filha do cacique Tibiriçá. Anchieta era menos convicto das alianças com Ramalho e seus filhos, estes vistos como “piores frutos de uma árvore ruim”, conforme o padre Simão de Vasconcelos.²¹ De qualquer forma, os jesuítas se aproximaram e se aliaram com dois dos principais caciques da região, Tibiriçá, sogro de Ramalho, e Caiubi, seu irmão, o que representou uma vantagem grande à ordem religiosa.

As atas da vila indicam uma pressão dos moradores de Santo André para seu traslado para um outro sítio, especialmente em função da insalubridade do lugar onde estavam.²² Anchieta dizia que a razão da mudança foi a falta de padres e o clima de dissolução da vila mestiça, já que quem era espinho, não poderia produzir uva.²³ No final, na balança das alianças e dos projetos de poder, o jesuítico terminou vitorioso e Santo André foi abandonada. Hoje, ela é considerada uma vila desaparecida e de localização incerta. Na memória urbana da região, a atual cidade de Santo André se apropriou de seu homônimo colonial, mas os indícios mais fortes apontam que a antiga vila se situava onde hoje é a cidade de São Bernardo do Campo. Um conflito entre oragos!

São Paulo, por outro lado, transformada em vila em 1560, e situada no alto de uma colina abrigável, em meio a uma extensa rede hidrográfica, vizinha

21. Vasconcelos (1977; p. 257-259).

22. Atas (1914, v. 1; p. 67).

23. Anchieta (1988; p. 55-57).

24. Azevedo (1992).

25. Holanda (1948).

26. Nóbrega (1981).

27. Monumenta (1956, v. 1, p. 523); Nóbrega (2006); Hansen (2010).

de campos abertos, reuniu condições para tornar-se, ela mesma, uma vila de fronteira, na boca do sertão, também estruturada inicialmente em alianças com lideranças indígenas. Ambas foram situadas ao longo de caminhos – *peabirus* – que conectavam o litoral atlântico aos interiores da América, em especial à região dos rios Paraná e seus afluentes, e ao Paraguai, área toda densamente povoada pelos cobiçados indígenas Guarani. As vilas seguiam à risca a ideia de rios e caminhos como espinha dorsal da rede urbana colonial.²⁴ De São Paulo, nas décadas seguintes, partiriam movimentos de fundação de várias vilas em suas redondezas e ao longo dos principais caminhos que dela derivavam.

A rota paraguaia, múltipla em seus trajetos, herdeira de caminhos pré-hispânicos, foi se consolidando ao longo da década de 1550, sendo palco do trânsito de aventureiros, soldados, missionários, autoridades e mercadores. Por ela circularam escravos, ferro, vinho, gado e outras tantas mercadorias.²⁵ Em função disso, o regimento de Duarte da Costa, governador geral do Brasil, que proibia que portugueses ou espanhóis fossem rumo ao Paraguai ou de lá viessem, chegou a ser registrado na Câmara de Santo André em 1557. Apesar do registro, a rota continuou a ser utilizada, especialmente através de seus percursos fluviais.

Cerca de uma légua de distância de onde se instalou o colégio de São Paulo, localizava-se o rio Tietê, caminho fluvial intimamente ligado à história colonial da Capitania de São Vicente. Chamado originalmente de Anhembi, seu percurso marcou os primeiros assentamentos urbanos bem-sucedidos no planalto depois de São Paulo: Mogi das Cruzes (1611), rio acima, e Santana de Parnaíba (1625), rio abaixo. Ao longo de seu trajeto, os jesuítas participariam ativamente da instalação de aldeamentos indígenas, como São Miguel, Conceição dos Guarulhos e Itaquaquecetuba, rio acima; e Carapicuíba e Barueri, rio abaixo, muitos destes hoje cidades da região metropolitana de São Paulo. Outros aldeamentos, como Pinheiros, seriam instalados em afluentes do Tietê, como o rio Pinheiros, na época chamado de Jeribatiba.

Amplamente utilizado pelos indígenas em suas canoas de casca, o percurso do Anhembi era cheio de cachoeiras e corredeiras, configurando uma navegação difícil, mas realizável. Através dele era possível atingir, em sua foz, o rio Paraná, o que o conectava aos grupos Guarani e as áreas de ocupação espanhola.²⁶ Ainda antes de fundar-se o colégio de São Paulo, vislumbrando atingir a população Guarani que continuamente subia o rio, os jesuítas teriam criado uma primeira aldeia com capela, “junto de um rio donde embarcam para os carijós”, para atrair estes grupos. O lugar foi chamado de Manicoba, nome que remete a folha do pé de mandioca, e obedecia a um projeto de Manoel da Nóbrega de conversão dos Guarani.²⁷ A localização precisa da aldeia não é conhecida, e seu abandono,

controverso. Nóbrega teria buscado ajuda com o filho mameluco mais velho de João Ramalho, André de Macedo, para atrair e reduzir indígenas no núcleo, inclusive num gesto de aproximação amistosa com os potentados andreenses. Para Anchieta, aí começava a ruína do projeto. Macedo teria incitado indígenas da aldeia a praticarem antropofagia com alguns prisioneiros, o que, para o padre, teria sido a razão de uma doença ter dizimado e castigado a comunidade.²⁸ Abandonada ainda na década de 1550, não desapareceria totalmente da memória. Anos depois, em 1568, o próprio Anchieta para lá se deslocou para buscar dois cristãos portugueses que haviam “se perdido” junto aos índios. Num mapa em espanhol produzido no começo do século XVII, o lugar aparece nomeado por “*puerto de Maniçoba*”, num entroncamento entre o Tietê e algum afluente não identificado na cartografia.²⁹ A atual cidade de Itu, em sua memória urbana, costuma indicar Maniçoba como um primeiro assentamento “colonial” na região que mais tarde daria origem à vila (1657).

Outra cidade da região, Sorocaba (1661), por sua vez, também reivindica antecessoras hoje desaparecidas. A vila de Nossa Senhora da Ponte de Monte Serrat teria sido erigida em 1599 pelo ato de vontade do governador geral. D. Francisco de Souza, que pelas bandas da Capitania andava atrás de riquezas minerais. Abandonada rapidamente, teria sido trasladada para outro sítio, também hoje em lugar desconhecido, com o nome de vila de São Felipe, ainda no comecinho do século XVII. De história incerta, pouco conhecida, a vila surgiu nas proximidades de supostas minas de ouro, cerca de 20 léguas da vila de São Paulo, conhecidas como Viraçoiaba. Foi fruto do desejo de se encontrar minérios valiosos, levado a cabo pelo governador geral do Brasil, Francisco de Souza, uma espécie de “quixote mineral”.³⁰ O engenheiro florentino Baccio de Filicaya, que acompanhou o governador a São Paulo, teria, inclusive, participado da construção dessa nova cidade entre 1608 e 1609.³¹ A vila efetivamente existiu e aparece num mapa considerado anônimo do começo do século XVII. Ruy Diaz de Guzmán faz referência à vila, localizando-a nas proximidades da nascente do rio Paranapanema, próximo a um serro onde os portugueses beneficiavam minas de ouro e prata.³² O mineiro-mor do Brasil, Manoel Pinheiro Azurara, relata em 1602 como auxiliou na povoação desta vila, “com sua pessoa e escravos, armas e cavalo e cabo de sessenta homens [...] passando muito trabalho por ser caminho de gente de guerra”.³³ Na obra de João de Laet se faz referência a São Felipe, chamado de “vilarejo” sem grande importância.³⁴ De qualquer maneira, a vila acabou sendo abandonada em data incerta e sua localização ainda hoje é motivo de especulações. A atual cidade de Sorocaba, como dissemos, reivindica sua herança. Nesta vila abandonada nasceu Salvador de los Reyes, recenseado na

28. Viotti (1974).

29. Archivo General de Indias (AGI) (MP-BUENOS_AIRES,4) Código de Referencia: ES.41091. AGI/27.3//. Disponível em: <<https://bit.ly/3ntTSPe>>. Acesso em: 29 maio 2020.

30. Vilardaga (2014).

31. Carta de Baccio de Filicaya de 30.08.1608. Visconde de Porto Seguro (p. 100-104).

32. Tieffemberg (2012, p. 78).

33. Archivo General de Simancas. Despacho del capitán y mineros que vinieron del Brazil. (Consejo de Portugal, 1602, Secretarias Provinciales, Libro 1463, Doc. 42).

34. Jean de Laet (1633), reproduzido em Taunay (1949, p. 18).

35. Calvo (1999, p. 410).

36. Cardozo (1996).

37. Solano (2006).

38. Tieffembertg (2012; p. 328).

39. Barco Centenera (1602; Canto Segundo, p. 38).

40. Chmyz (1976).

vila de Santa Fé, nas proximidades do rio Paraná, nas partes espanholas da América, em 1643.³⁵ Seu trajeto espelha parte deste território em processo de articulação e conexão pelos interiores da América Meridional.

PELOS CAMINHOS DO GUAIRÁ

Na outra ponta dessa rede hidrográfica, num movimento que partia de Assunção, conhecida como a “madre de las ciudades”, criou-se uma vila nas proximidades do rio Paraná, no caminho que conectava a região ao litoral do Brasil. A vila de Ontiveros foi fundada por Garcia Vergara em 1554, numa sincronicidade, muito sugestiva, com o que acontecia no planalto vicentino. Assunção, núcleo castelhano fundado em 1537, ficava na beira do rio Paraguai e foi o resultado de bem-sucedidas relações de aliança com os indígenas, também a partir de práticas de *cunhadazgo*. Assim como Santo André e São Paulo, as práticas de casamento indígenas se tornaram um mecanismo fundamental para os colonos em suas alianças com os índios. Cenário de conflitos violentos entre os primeiros conquistadores e governadores, Assunção fomentou, por sua vez, inúmeras expedições que resultaram em fundações de cidades em todas as direções, muitas delas servindo como válvula de escape destas mesmas tensões.³⁶

Vergara fora inimigo do todo poderoso governador do Paraguai, Domingos de Irala. Nesse sentido, a vila ficou entre servir de ponta de lança da ocupação de uma região em contato com o Brasil e território de milhares de indígenas, ou como um exílio forçado. De todo modo, Ontiveros também teve vida efêmera, pois dois anos depois de sua fundação, em 1556, um novo conquistador, Ruy Díaz de Melgarejo, chegou a região e deslocou os moradores para fundar Ciudad Real del Guairá, na foz do rio Piquiri, às margens do rio Paraná, dez quilômetros distantes de Ontiveros.³⁷ Ruy Díaz de Guzmán, cronista mestiço do Paraguai, ele mesmo considerado um fundador de cidades, escreveu em 1612 que o abandono da vila tinha relação com o fato de ela estar mal situada e próxima ao “perigoso” salto do rio Paraná.³⁸ Contudo, soa muito mais um conflito entre conquistadores e de disputa de *encomenderos*, já que Ontiveros tornara-se um núcleo rebelde ao grupo vencedor estabelecido em Assunção.

Ciudad Real, fundada supostamente em terras guarani sob liderança de um cacique chamado Guairá, chegou a ser alcunhada de “ciudad enferma” por Martin Barco de Centenera (1602).³⁹ Organizada em *damero*, com muralhas de taipa,⁴⁰ a vila nunca teve mais do que 50 *vecinos*, sendo representada, para um jesuíta que

a narrou em 1620, como um lugar de costumes mestiços e com “la gente ruin e la tierra es mal sana”.⁴¹ A vila quase foi destruída ao longo de um cerco dos Guarani, em 1560. Em 1570, o mesmo Melgarejo que a fundou fundaria, cerca de 60 léguas a leste, Villa Rica del Espiritu Santo. Segundo um historiador, o fundador levava com ele mais cavalos que homens: 40 *vecinos* e 53 cavalos.⁴² O lugar eleito havia sido uma experiência missionária dos franciscanos, e os colonos adventícios buscaram desenvolver uma mineração de ferro que rendeu poucos resultados. O sítio escolhido inicialmente ficava entre as nascentes dos rios Piquiri e Ivaí, no “camino sabido e andado por donde entro el dicho gobernador Cabeça de Vaca y por onde este testigo guio e traxo con el ayuda de dios nuestro senor al capitan Hernando de Trejo e gente de la armada del governador Juan de Senabria”.⁴³

Villa Rica mudaria de sítio em 1589, para a confluência dos rios Corumbataí e Ivaí, num processo controvertido, mas ainda seria trasladada mais cinco vezes, existindo atualmente no atual Paraguai, como Villarica, nas cercanias da cordilheira do Ybytyruzu, onde se instalou em 1682. Em função disso, ficou conhecida como a cidade *andariega*. Foi o maior e mais povoado assentamento dos espanhóis na região, mas nunca passou de pouco mais de 100 *vecinos*. Um cronista chegou a afirmar, em 1629, que a respeito de Villa Rica seria “mejor decir pobre”, já que seus moradores viviam como “barbáros desterrados sin oir missa” e “son tan pobres los españoles de esta Villa, que solo vesten de algodón”.⁴⁴ Também organizada conforme o padrão urbano da Índias, sobreviveu sobretudo da exploração da *encomiendas* de indígenas Guarani, o que garantia alguma produção de açúcar e vinhedos. A primeira mudança do sítio foi levada a cabo por Ruy Diaz de Guzmán, e feita sob alegação de que os moradores haviam solicitado o deslocamento para um lugar mais salubre, próximo de grupos indígenas e perto do caminho para São Paulo.⁴⁵ Mas alguns moradores questionaram a ambição de Guzmán em tornar-se ele mesmo um fundador de cidades, o que de fato se tornaria. Em verdade, Guzmán estava mais interessado em ser ele próprio um *caudillo*, já que em 1593 arrastou vários moradores do Guairá para criar Santiago de Jerez, nas bandas do rio Iguatemi, na beira do rio Muñey (hoje Ivinheima). A sina da mudança também acompanhou Jerez que, em 1599, mudou-se para o Mbotetey (hoje rio Miranda), na confluência com o rio Aquidauana. Guzmán acabou enfrentando problemas com o governador do Paraguai e chegou a ser condenado a viver alguns anos preso em Jerez.⁴⁶ A possibilidade de se fazer proliferar cidades em demanda de mercês e exercício de poder não deve ser descartada em nenhuma hipótese. O fato é que a Coroa espanhola chegou a emitir uma real cédula, em 1618, proibindo explicitamente que as cidades do Guairá mudassem de sítio de onde haviam sido fundadas.⁴⁷

41. Informe de um jesuíta anônimo sobre as cidades do Paraguai e do Guairá espanhóis, índios e mestiços. Cortesão (1951, p. 173).

42. Garay (1896).

43. Probanza de los servicios de Ruy Díaz de Melgarejo. Cardozo (1938).

44. Espinosa (1948, p. 637).

45. Cardozo (1938).

46. Idem.

47. Real Cédula que prohíbe se muden las ciudades de donde fueran fundadas. Archivo General de Assuncion (ANA) (Seccion Historia, v. 2, n. 2, 1618).

48. Costa (1999); Gadelha (1980).

49. Archivo General de Indias (Escribania da Câmara, 892A).

50. Garavaglia (2008).

51. Vilardaga (2017).

52. Jensen (2014).

A pequena vila de Santiago de Jerez teve uma vida breve e difícil. Instalada com o objetivo de reduzir e encomendar os indígenas que viviam na região chamada de Itatim, ela sofreu o assédio constante dos índios Paiaguá e Guaicuru. A vila chegou a ter somente 15 moradores. Na segunda década do século XVII, passou a sofrer a visita regular dos “bandeirantes” de São Paulo, o que levou ao seu abandono em 1632.⁴⁸ Uma investigação, feita junto à Audiência de Charcas quanto aos motivos do abandono, levantou a suspeita de que um morador, Diego de Orrego y Mendoza (neto de portugueses), juntamente com outros, teria estimulado os paulistas que por ali passavam a assediarem os índios da região e assim forçar o despovoamento da vila.⁴⁹ Vários moradores, inclusive Mendonza, terminaram migrando para as redondezas de São Paulo.

A região guairenha, que ocupava, *grosso modo*, a margem esquerda do rio Paraná, ficava no meio do caminho que ligava São Paulo a Assunção, e foi alvo de disputas entre espanhóis e portugueses até o século XVIII. Ali os espanhóis criaram quatro cidades: Ontiveros, de vida breve; Ciudad Real, Villa Rica do Espírito Santo e Santiago de Jerez, esta estritamente fora do chamado Guairá, mas parte desta governação. As três vilas, juntamente com Assunção, comporiam a Província do Paraguai, separada da do Rio da Prata em 1617.

Ademais, instalou-se em lugar ainda incerto, mas provavelmente nas cabeceiras do rio Jejui-Guazú, o porto de Mbaracayú, que servia ao embarque da principal riqueza regional, a erva-mate, colhida naturalmente pelos índios, sob o regime do trabalho compulsório da *encomienda*, na serra do mesmo nome. O porto, apesar de nunca ter se tornado vila ou cidade, concentrava, relativamente, uma numerosa população sazonal.⁵⁰ Mercadorias vindas por vários caminhos, inclusive pelo de São Paulo, sobretudo tecidos, serviam a um comércio de trocas regulares com a erva, neste entreposto.⁵¹ Indícios sugerem que após o abandono de Villa Rica, em 1632, na esteira dos ataques bandeirantes, a cidade tenha se trasladado para as cercanias de Mbaracayú, onde permaneceu pouco tempo. Depois assentou-se na região de Curuguaty e dali foi trasladada às margens do rio Jejuy, em 1644. Uma parte da população teria permanecido em Curuguaty e alterado o nome da vila para Villa de Talavera del Rey. O assédio Paiaguá à Villa Rica do rio Jejuy teria levado à reunião de ambas no sítio de Curuguaty, novamente sob o nome de Villa Rica. Ali ficou até 1676, quando outros ataques bandeirantes na região fomentaram novo abandono.⁵²

A região guairenha (aqui incluindo Jerez), fronteira, permaneceu sempre com o estigma de terra rebelde. Em 1589, o governador *criollo* da Província, Hernando Arias de Saavedra, ameaçou de desterro ao Guairá a todos os que desobedecessem a suas ordens. Em 1602, já em seu segundo mandato na função, o próprio Saavedra desterrou para Jerez a um morador de Assunção, Lourenço

Alegre, com toda sua família, por andar sempre *borracho* de vinho, e em certa ocasião, sob o efeito do álcool, ter matado um cavalo.⁵³

O Guairá nunca foi muito próspero economicamente. A riqueza maior de toda a região era mesmo o indígena: as vastas populações Guarani que foram reduzidas e partilhadas entre os colonos, até a chegada dos jesuítas, a partir de 1609, que passaram a disputar estes mesmos índios através de suas reduções e missões religiosas; e dos bandeirantes de São Paulo, que assediavam continuamente a região, também desejosos por essa população Guarani, a partir de 1620. Em 1628, os jesuítas já haviam instalado pelo menos doze missões no que pode ser considerada uma das primeiras grandes experiências missioneiras na América Meridional. As reduções seguiam as margens dos rios que banhavam a região e desembocavam no Paraná, como Paranapanema, Iguaçu, Tibagi, Ivaí, Piquiri. Os rios estruturaram a ocupação colonial do Guairá, tanto sob o ponto de vista dos assentamentos urbanos, quanto das reduções da Companhia de Jesus.⁵⁴

A acirrada disputa pelos indígenas, que envolveu, em seu auge, os *encomenderos* do Paraguai, os jesuítas e os bandeirantes de São Paulo, terminou por inviabilizar a presença colonial na região. O abandono e destruição de todas as vilas e reduções foram praticamente concluídos em 1632. Na medida em que os moradores do Guairá se viram sem os indígenas, muitos deles capturados ou mortos pelos bandeirantes; outros refugiados em terras distantes; e mais alguns milhares emigrados com os jesuítas para a outra margem do Paraná, poucas opções restaram aos habitantes das cidades guairenses. Depois de abandonados os sítios originais das cidades, alguns moradores se deslocaram num gradativo sentido de aproximação com Assunção, e alguns outros migraram para São Paulo e cercanias.⁵⁵

A breve história da ocupação colonial do Guairá, na margem esquerda do rio Paraná, não durou um século, sendo retomada já sob novas bases só no século XVIII. De todo modo, no tempo que se realizou, participou de uma ampla espacialidade colonial transfronteiriça e conectada, pois articulava os impérios coloniais de portugueses e castelhanos pelos sertões da América Meridional, num sentido de complementaridade, e não oposição, com as conexões e articulações marítimas desse mesmo contexto. Desde Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente, uma navegação de cabotagem, assim como de rotas transoceânicas com a África e a Península Ibérica, articulavam a América portuguesa com a América espanhola através do Rio da Prata, no sentido sul, e dali rumo aos interiores até Potosí.⁵⁶

Em outra região, Tucumã, mais ao sul, uma espacialidade se construiu e se articulou gradativamente ao mundo platino. Não à toa, Ruy Díaz de Guzmán incorporou o espaço tucumênio à sua *História do Descobrimento e Conquista do Rio da Prata* (1612). Em Córdoba (1573), uma das cidades mais importantes da

53. ANA (Nueva Encadenación, 312, f13. 1588) e ANA (Civil y Criminal, 1384, 2, 1602).

54. Schallenberger (2015) e Sposito (2012).

55. Vilardaga (2014) e Jensen (2009).

56. Helmer (1953); Canabrava (1984); Ceballos (2008); Schultz (2016).

57. Gracia (2006).

58. Igareta (2012); Farberman (2016).

59. Moutoukias (1988).

60. Mandrini (2012); Igareta (2012; p. 239).

61. Fradkin; Garavaglia (2009); Farberman (2016).

governança tucumenha, instalou-se estrategicamente a sede da Província Jesuítica do Paraguai, com jurisdição sobre o Guairá.⁵⁷ A governança foi criada efetivamente em 1563, e teve em Francisco de Aguirre seu primeiro governador, com sede em Santiago de Estero, a mais antiga e duradoura cidade de Tucumã. Antes disso, porém, a região já vinha sendo explorada pelos espanhóis em busca de *encomiendas*.

A ocupação colonial de Tucumã tem na atuação de Juan Pérez de Zurita, tenente de governador do Chile, um de seus principais capítulos. Zurita foi enviado desde o Chile para avançar na conquista da região e aplainar os caminhos que conectavam o espaço chileno às terras tucumenas. No coração daquele espaço que hoje é conhecido como Noroeste Argentino, uma vila havia sido fundada em 1553, Santiago de Estero, que também ganharia a alcunha de “*madre de las ciudades*”. Mantida graças a uma ampla e duradoura aliança entre espanhóis e os índios Toconoté, ela serviria como núcleo bem-sucedido de uma rede de cidades que deram sentido e sustentação para o importante caminho que gradativamente conectará as minas de prata de Potosí – descobertas em 1545 – ao porto de Buenos Aires.⁵⁸ Nessa rota, de sentido transatlântico e transregional, de quase 3 mil quilômetros de extensão, também floresceriam importantes mercados regionais ao par do comércio internacional, legal e ilegal.⁵⁹ As cidades se tornariam a espinha dorsal desse caminho, num “esquema urbano interconectado”, que acompanhou *pari passu* o processo de conquista e colonização da região, e se fez, como em outras áreas, a partir do combate violento contra os indígenas, especialmente os situados nos chamados *Valles Calchaquies*, palco de sucessivas revoltas no século XVI e XVII.⁶⁰ Ao par do caminho de escoamento, surgiria um mercado regional potente e dinâmico que reuniria as farinhas, mulas e escravos de Córdoba; as carretas e tecidos de Tucumã; a erva-mate, conservas, açúcar e os vinhos do Paraguai; as carnes, sebo e couros dos pampas; a coca do altiplano; a prata potosina e as mercadorias advindas da Europa e do Brasil, que entravam legal e clandestinamente pelo porto de Buenos Aires.

Zurita, contudo, chegou à região ainda em seus primórdios, em termos de colonização, mas buscou estabelecer alianças com os indígenas, especialmente com os Diaguita dos vales Calchaquies. Estas alianças, inicialmente bem-sucedidas, permitiram aos espanhóis erguer três cidades sucessivas numa política de estabilização das rotas e proteção do incipiente comércio regional: Londres (1558), Córdoba de Calchaquí (1559), Cañete (1560) e Nieva (1561). Todas foram abandonadas em 1563, após sucessivos ataques indígenas depois do rompimento das primeiras alianças, no que pode ser considerada a primeira guerra Calchaquí.⁶¹ Nas cercanias da antiga Nieva, seria fundada, em 1593, por Francisco Argañaraz, a cidade de San Salvador de Jujuy, importante passo no caminho potosino, já nas

franjas andinas. A cidade de Salta, fundada em 1582 por Hernando de Lerma, foi o “primeiro povo de espanhóis num vale largo e espaçoso”, erguida exatamente para tentar frear os indígenas dos vales Calchaquíes.⁶²

O controle sobre estes vales, chamados Calchaquíes em função do cacique que liderou a primeira grande luta contra os espanhóis, ainda no século XVI – Juan Calchaquí –, foi extremamente difícil aos colonos da governação de Tucumã. Cidades como Córdoba de Calchaquí, Londres, La Rioja, Cañete e Ibatim (primeiro sítio de San Miguel de Tucumã), ou foram abandonadas ou trasladadas, algumas várias vezes, em função dos constantes cercos e ataques de diversos grupos indígenas, categorizados genericamente, em termos coloniais, como Calchaquíes. Em verdade, reunia os hegemônicos Diaguita, com os Pulare, os Omaguara do altiplano, os Ocloya de Jujuy e os aparentados diaguitas Olongasta, Malfin, Abaucane e Andalgas.⁶³

Ibatim, conhecida como San Miguel de Tucumã, seria fundada em 1565. Instalada em terreno fértil e localizada num ramal de um antigo caminho inca, a cidade prosperou graças às *encomiendas* de indígenas Diaguita, Toconoté e Lule, e com a produção das famosas carretas de madeira, que seriam essenciais na circulação de mercadorias pelo caminho real de Buenos Aires a Potosí, e dos famosos *sombreros* de Tucumã. Cercada por paliçadas, a cidade resistiu a diversos ataques indígenas, já que ficava na entrada dos vales Calchaquíes, e a um incêndio em 1578.⁶⁴ O frei Reginaldo de Lizárraga, que por ali passou no final do século XVI, a descreveu como um “pueblo más fresco y de mejores edificios y aguas”, se comparada a Santiago de Estero, o principal núcleo urbano da região.⁶⁵ Assim mesmo, a cidade seria trasladada em 1685, fundamentalmente em função da transposição do caminho real, que passou a fazer um outro percurso naquele trecho. No traslado, buscou-se replicar a organização urbana e loteamentos do sítio original.

San Miguel chegou a ser invadida durante a segunda guerra Calchaquí, em 1630, liderada por indígenas Diaguita, e que também gerou cercos às cidades de La Rioja, fundada em 1591 pelo governador Juan Ramirez de Velazco, e Londres. Esta também tem larga história de fundações e refundações. Criada em 1558 por Zurita, foi trasladada por causa das primeiras guerras Calchaquíes em 1562, durando, contudo, apenas um ano no novo sítio. Em 1607, em Catamarca, a memória da cidade de Londres serviu a uma refundação, sendo trasladada em 1612 para o sítio original. Em 1630 ela seria novamente abandonada depois do cerco na segunda guerra Calchaquí, tendo seus moradores se refugiado em La Rioja. Em 1633, ela seria novamente refundada e, em 1679, trasladada mais uma vez para a região de Catamarca.

Quando refletimos sobre os assentamentos urbanos desaparecidos ou trasladados nesta ampla espacialidade, não se pode deixar de falar em Esteco. Ela teria sido

62. Lizárraga (1916, p. 230-231).

63. Montes (1961).

64. Prebish (1987).

65. Lizárraga (1916, p. 236).

66. Marschoff (2018).

67. Farberman (2016).

68. Simioli; Porterie (2015).

69. Acarette du Biscay (2014, p. 64).

fundada em 1566 por um grupo de rebeldes amotinados contra o governador Francisco de Aguirre.⁶⁶ Criada sem ritual de fundação, foi localizada no entroncamento do caminho do Peru com o que vinha do Chaco paraguaio. Sua fundação se articulava com a de outra cidade instalada no meio da região chaquenha, também abandonada, Concepción de Bermejo (1585), sobre a qual falaremos mais adiante. Ambas permitiriam a estruturação de um caminho que ligaria Assunção a Tucumã sem passar por Santa Fé, e partilhariam uma história comum de assédios dos grupos indígenas do Chaco, especialmente os Paiaguá e Guaicuru, e disputariam as mesmas *encomiendas* de índios dos grupos Matará e Guacará, ambos Toconoté.⁶⁷

A primeira Esteco se instalou nas bandas orientais de Santiago de Estero, nas margens do rio Salado, região de fronteira com o Chaco, e um dos limites da ocupação espanhola. Assim como Estero e Tucumã, fazia alianças com os índios Toconoté e Lule. A cidade prosperou, mas foi trasladada no começo do século XVII para servir de anteparo contra outros grupos indígenas que assediavam a região chaquenha. No novo sítio, recebeu o nome de *Nuestra Señora de Talavera de Madrid*, mas continuou a ser conhecida como Esteco.⁶⁸ O contrabandista Acarrete du Biscay, que passou por ela na década de 1650, fala de como havia sido “grande como Córdoba”, mas estava decaída, assediada por “tigres que comem crianças” e “moscas venenosas”.⁶⁹ A cidade padeceria um grande ataque dos índios Mocovíes em 1686, e um terremoto arrasador em 1692, sendo definitivamente abandonada.

Sua origem rebelde serviria como sina, e seu destino, como lição moral. A cidade ganharia fama de “ciudad maldita”, a “Sodoma e Gomorra” de Tucumã, já que nela corria a fama de que as casas de jogos e prostituição prosperavam sem freio, inclusive com a participação de altos membros do clero. O terremoto sacramentaria a maldição. As versões sobre o fim de Esteco transitam entre o castigo divino e as mudanças de rota de circulação de mercadorias. A trajetória desta cidade reúne algumas destas características comuns às cidades coloniais fundadas nestes tempos iniciais da “conquista”: criadas como atos de vontade de autoridades ou de dissidentes, padecem da precariedade proporcionada pela instabilidade das relações com os indígenas, com a natureza que a abriga e com a transitoriedade dos caminhos e rumos da colonização. A moralidade presente na narrativa de Esteco serviria também como ensinamento sobre o que não se fazer ao desenvolver uma cidade.

Completando esta espacialidade, e percorrendo as jurisdições coloniais deste mundo platino, chegamos à Província do Rio da Prata. Surgida formalmente em 1617, depois de separada da Província do Paraguai, com a qual formava antes uma unidade, a ela coube quatro cidades, assim como ao Paraguai, numa divisão salomônica. Ao Paraguai, como já dissemos, além de Assunção, coube Ciudad Real, Villa Rica e Santiago de Jerez. Ao Rio da Prata, Buenos Aires como centro, mais as cidades de Santa Fé, Corrientes e Concepción de Bermejo.

Buenos Aires, localizada numa das extremidades da rota potosina, próxima ao Atlântico e na boca do Rio da Prata, foi uma cidade que também teve um destino pouco salutar naquilo que a memória sacralizaria como sua primeira fundação. Buenos Aires fora criada pelo *adelantado* Pedro de Mendoza, em 1536, com o nome de *Nuestra Señora de Santa Maria del Buen Aire*. As alianças com os andarilhos Querandíe garantiram alguma estabilidade inicial, logo substituída pelas hostilidades e, por consequência, pela fome e miséria dos colonos.⁷⁰ Schmidl, nosso cronista-soldado já citado aqui, participou da fundação e relatou uma penúria tão grande, que obrigara os moradores sobreviventes a comerem ratos e couro de sapatos. Até suspeitas de canibalismo cercam o que seria a dramática história destes primeiros povoadores, levando ao abandono do sítio em 1542.⁷¹ Contudo, há outras versões: da cidade de Assunção, já mais estabilizada, partiram ordens do novo governador, Domingos de Irala, escolhido pelos próprios colonizadores, para que os moradores abandonassem Buenos Aires e se trasladassem para a vila assuncenha, o que foi feito. Essa demanda bem pode ser interpretada como uma política de concentração das escassas forças europeias em um único lugar. Seja como for, a história da primeira Buenos Aires parece ter sido marcada pelo fracasso na manutenção das alianças indígenas.

A cidade portuária seria refundada em 1580, no sentido inverso, partindo de Assunção. Juan de Garay fundaria Santa Fé e depois *Ciudad de Trinidad*, em sítio mais ao norte do de Pedro de Mendoza, num movimento de articulação regional que conectaria caminhos terrestres e fluviais e consolidaria um espaço colonial. Desde a década de 1550 que reclusos de autoridades, como a do licenciado Juan de Matienzo, reivindicavam a (re)criação de uma cidade no estuário platino para dar abrigo às naus espanholas e para o escoamento de mercadorias vindas das regiões andinas e tucumenas, esta última em processo de consolidação e simbiose com o Prata.⁷²

Aos poucos, a vila portenha se estabilizou, especialmente depois que a rota para Potosí ganhou força com o comércio legal e, sobretudo, ilegal. A separação

73. Acarette (2014, p. 44-45).

74. Barriera (2017).

75. Areces (1999).

76. Mantilla (2009).

77. Padre Diego de Torres. "Cartas Anuas de 1609 y fechadas en Córdoba del Tucumán". Apud. Rivarola Paoli (1986; p. 81).

das províncias fortaleceu a posição de Buenos Aires naquele espaço, e apesar da retórica queixosa sobre a pobreza dos moradores quando se solicitavam à Coroa autorizações de comércio, Acarette du Biscay descreve a cidade na década de 1650 como muito aprazível, cheia de casas de barro, feitas com hortas e pomar, e com residências de comerciantes ricos muito "adornadas".⁷³

Gradativamente articulada com Buenos Aires, a vila de Santa Fé, *La Vieja*, como ficou conhecida, foi fundada também por Juan de Garay, em 1573. Construída na beira do rio San Javier, um afluente do Paraná – antigamente chamado rio dos Quiloázaz, numa referência a estes índios do grupo Chana que ali viviam –, era passo obrigatório das pessoas e mercadorias que iam e vinham desde Assunção rumo aos caminhos potosinos e portenhos. Era uma espécie de cidade-ponte entre o mundo portenho e o assuncenho e, para alguns historiadores, região de *descarga* de mestiços, jovens conquistadores sem *encomiendas* e rebeldes.⁷⁴

Ali estabeleceu-se um dos personagens mais poderosos da governação do Paraguai e Rio da Prata, o *criollo* Hernandarias de Saavedra, três vezes governador e um dos artífices da separação das duas províncias em 1617. Santa Fé, apesar de bem-sucedida em suas redes de alianças indígenas e sua boa posição na circulação fluvial, foi trasladada entre os anos de 1650 e 1660 em função da erosão das margens do rio San Javier, mas sobretudo em função dos assédios praticamente diários dos Guaicuru que avançaram pelo Chaco. No traslado, planejado, a anterior posição dos proprietários e edifícios foi replicada no novo sítio.⁷⁵ As ruínas de Santa Fé, *La Vieja*, foram descobertas no final da década de 1940.

O mesmo impulso que partiu de Assunção para fundar Buenos Aires e Santa Fé, resultaria ainda na criação da cidade de Vera de las Siete Corrientes (1588), por Juan Torres de Vera y Aragón, nas margens do rio Paraná;⁷⁶ e de Concepción de Buena Esperanza, fundada por Alonso de Vera, em 1585. Esta cidade ficaria conhecida como Concepción de Bermejo, em função da proximidade do rio de mesmo nome. Fundada em pleno Chaco Austral, chegou a ser uma das cidades mais populosas da espacialidade, e buscava servir tanto como ponta de lança da redução e "pacificação" dos indígenas chaquenhos quanto para diminuir as distâncias entre Tucumã, Charcas e Paraguai, graças à sua posição estratégica. Em carta ânua do padre jesuíta Diego de Torres, de 1609, ele afirma que a vila tinha 70 *vecinos*, sendo 25 deles *encomenderos*, e mais de 6 mil índios de serviço, não lavradores, "gente viva y muy vil.... colerica".⁷⁷

A história de Bermejo cedo se vinculou a Santiago de Estero, e a governação de Tucumã buscou atraí-la para sua jurisdição até a criação da Província do Rio da Prata, em 1617, que encerrou a questão. Como já dissemos, Bermejo e Estero partilhavam e disputavam *encomiendas* de índios Toconoté, e também as ameaças

de Guaicuru e Paiaguá, que assediavam continuamente a povoação. O Chaco, espaço insubmisso às pretensões coloniais espanholas, funcionou como uma fronteira entre o Rio da Prata, Paraguai, Tucumã e Santa Cruz de la Sierra, esta última, resultado da fundação de 1561, mas também com história de itinerância. Assediada fortemente pelos Paiaguá, a vila de Bermejo foi abandonada em 1633 e seus moradores se refugiaram em Corrientes.⁷⁸ As ruínas do antigo assentamento foram encontradas na década de 1940, num sítio hoje conhecido como Km 75. Atualmente há uma cidade com o mesmo nome, fundada no século XX, nas proximidades da antiga cidade, que a emula.

De todo modo, no balanço deste primeiro século, fica claro que a década de 1630 foi um “período crítico” em grande parte da espacialidade platina:⁷⁹ o abandono das vilas guairenhas e do Itatim em função dos assédios bandeirantes, a grande rebelião Calchaquí que abalou Tucumã neste mesmo ano e a destruição de Concepción de Bermejo representaram importantes refluxos das fronteiras coloniais espanholas na espacialidade platina. Em todas elas, de uma forma ou de outra, a questão indígena cumpriu um papel fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos dos assentamentos urbanos aqui brevemente apresentados, quando vistos em conjunto, possuem destinos e histórias com semelhanças significativas, a despeito das também variadas dessemelhanças. Pensados, em geral, como pontas de lança da conquista e colonização europeia em sertões e fronteiras em processo de expansão, eles foram, de modo aparentemente paradoxal, sempre reféns das alianças e das relações com os indígenas, pelo menos neste primeiro século e meio da colonização. Primordialmente, as vilas e cidades desapareciam ou tinham seus moradores deslocados para outros sítios, na medida em que as alianças ruíam violentamente, ou se fazia necessário aproximar-se de novos grupos indígenas na lógica da disputa colonial por *encomiendas* e fornecimento de mão de obra e víveres de abastecimento. Elas serviram para expandir e buscar consolidar estas fronteiras coloniais através do abrigo de levadas de colonos desejosos de serem, eles próprios, *encomenderos*.⁸⁰

Por outro lado, grupos indígenas, chamados pela lógica da colonização de “insubmissos”, pois refratários às alianças com os europeus, também buscaram minar muitos destes assentamentos. Isso não descarta de todo, desta análise geral, outras razões, como as ambientais – erosões, pestilências, catástrofes naturais – ou

78. Torre Revello (1943).

79. Maeder (1987); Faerberman (2016).

80. Assadourian; Beato; Chiaramonte (1986).

econômicas, como falência de projetos minerais ou distância de rotas de circulação. Nesse sentido, vilas desapareciam ou eram trasladadas sucessivamente também em função de inviabilidades e dificuldades ambientais, de mudanças de caminhos ou fracassos nas expectativas. Respondiam a um “equilíbrio instável de um continente não interligado”.⁸¹ Acompanhar a lógica movediça e dinâmica dos caminhos e circuitos que se organizavam ao par dos assentamentos coloniais, muitos deles também estruturados sobre rotas e territórios indígenas, era em grande medida acompanhar fronteiras coloniais instáveis. Contudo, parece muito claro que nestes anos iniciais da “conquista” de toda esta espacialidade platina – senão americana –, os assentamentos derivavam sua estabilidade/instabilidade sobretudo da capacidade/incapacidade de construir alianças com os grupos indígenas, ou em torno deles, pois a lógica da colonização também disparava disputas intracoloniais pelo controle sobre os índios.

A espacialidade da qual tratamos aqui, chamada *grosso modo* de platina, deve ser pensada sob um ponto de vista geo-histórico, portanto, para além de uma perspectiva puramente pautada pela geografia formal da bacia dos rios que a compõe, mas historicamente construída pelos agentes envolvidos em suas redes de circulação e assentamentos articulados. Como já lembramos, Ruy Diaz de Guzmán compreendia esse Rio da Prata como um espaço que articulava o sul das partes do Brasil, e as governações do Rio da Prata, Paraguai e Tucumã. O poema platino *Argentina*, de Martim del Barco Centenera, se não avança integralmente sobre Tucumã, também o incluiu em partes. Ulrico, o soldado cronista, participa da primeira fundação de Buenos Aires, sobe à Assunção, avança pelo Chaco e termina atravessando até São Vicente. O governador e famosos andarilho Cabeza de Vaca avança das costas do Brasil até o interior paraguaio. Exemplos como estes, que vão acompanhando um espaço que se forma e se altera em seu dinamismo e redes de articulação, são ainda mais vastos se incluirmos as documentações que acompanham os personagens cotidianos dessas rotas, como os próprios indígenas, missionários, índios e negros escravizados, comerciantes, aventureiros, autoridades etc.

Efetivamente, buscamos tratar de um espaço que foi conectado tanto pelas rotas marítimas, mais conhecidas, quanto pelas rotas interiores, que sobretudo nos interessaram aqui. Ao longo dessas rotas de circulação, personagens múltiplos, objetos e mercadorias, assim como práticas variadas, trafegaram e conformaram esta geo-história platina que ultrapassou as fronteiras, territórios e jurisdições coloniais. A experiência imperial ibérica nesta espacialidade revela, inicialmente, uma sincronia muito significativa. A década de 1530 assiste à fundação de São Vicente no litoral e de Piratininga no sertão, e assiste à criação de Assunção e da primeira Buenos Aires. Na década de 1550, especialmente nos anos 1553-54, nasce Santo André da Borda do Campo em São Vicente, Ontiveros no Guairá e

Santiago de Estero em Tucumã. Para além das coincidências, pode-se pensar em experiências comuns e em partes articuladas pela lógica da colonização e formação das fronteiras coloniais nesta porção da América Meridional, conhecida como região platina. São Paulo, Assunção e Santiago de Estero são consideradas cidades bastante estáveis no amplo espaço platino aqui em foco. Estero foi o resultado de um traslado, em 1553, dos dois assentamentos anteriores da vila de Barcos (1550 e 1552), mas definido seu sítio, estabilizou-se. As três serviram como pivôs na criação de novos assentamentos, daí serem consideradas *madres de ciudades*. Em suas “capitalidades” regionais, atuaram na organização hierárquica destes espaços gradativamente articulados por redes de caminhos e assentamentos mais ou menos fixos. Cidades e vilas de fronteira que se multiplicavam e irradiavam, prosperando ou não, conforme estas mesmas fronteiras se ampliavam e se definiam na relação com os sítios naturais e, sobretudo, com os povos indígenas. Serviam para concentrar moradores esparsos, numa colonização europeia demograficamente rarefeita, e estruturavam caminhos, fluviais e terrestres, que também se formaram, a maior parte deles, sobre rotas indígenas ressignificadas na lógica da colonização. Uma “simbiótica relação” entre indígenas e colonos, assimétrica e mediada sobretudo pela violência, mas que efetivamente configurou o espaço americano nesses primeiros tempos.⁸² A sobrevivência destes núcleos, ibero-americanos, esteve, sobretudo, atrelada às relações com os grupos indígenas, não só nas garantias conseguidas por meio de alianças, mas nas redes formadas pelas mestiçagens, um assunto sobre o qual ainda precisamos avançar. Efetivamente, a grande variável, decisiva, nesses primeiros tempos, na sobrevivência de um assentamento e na conformação da espacialidade colonial, com sua teia dinâmica e movediça de fixos e fluxos, nos parece, foi a relação com os indígenas.

REFERÊNCIAS

FONTES IMPRESSAS

ANCHIETA, José de Anchieta. *Cartas, Informações, Fragmentos históricos e sermões do Padre Anchieta*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

Atas da Câmara de Santo André da Borda do Campo. v. 1. São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, 1914.

BARCO CENTENERA, Martín del. *Argentina y conquista del Río de la Plata, con otros acaecimientos de los reynos del Perú, Tucuman, y el estado del Brasil*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1602.

BISCAY, Acarette du. *Relación de un viaje al Río de la Plata y de allí por tierra al Perú*. Buenos Aires: Editorial Claridad, 2014.

Carta de Baccio de Filicaya de 30.08.1608. In: PORTO SEGURO, Visconde de. *História Geral do Brasil*. Tomo Segundo. São Paulo: Companhia Melhoramentos, p. 100-104.

CORTESÃO, Jaime (org.). *Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras, 1951.

ESPINOSA, Antonio Vázquez. *Compendio y descripción de las Indias Occidentales*. (1629). Washington: Published by the Smithsonian Institution, 1948.

LEITE, Serafim, S. J. (org.) *Monumenta Brasiliae*. v. I e II. Roma, 1956-1957.

LIZARRÁGA, Frei Reginaldo de *Descripción breve de toda la tierra del Perú, Tucumán, Río de la Plata y Chile*. Buenos Aires: Librería la Facultad de Juan Roldán, 1916.

NÓBREGA, Manoel da. *Diálogo sobre a conversão do gentio*. São Paulo: Metalibri, 2006.

SCHMIDL, Ulrico. *Derrotero y viaje a España y las Indias*. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 1950.

TIEFFEMBERG, Silvia (ed.). *Argentina. Historia del descubrimiento y conquista del Río de la Plata de Ruy Díaz de Guzmán*. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras; Universidad de Buenos Aires, 2012.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. Petrópolis: Vozes, 1977.

LIVROS, ARTIGOS E TESES

ARECES, Nidia (comp.). *Poder y sociedade: Santa Fé la vieja, 1573-1660*. Rosario: Ediciones Shistoria y Manuel Suárez, 1999.

ASSADOURIAN, Carlos S.; BEATO, G.; CHIARAMONTE, J. C. *Argentina: de la conquista a la independencia*. Buenos Aires: Hispamérica; 1986

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e Cidades do Brasil Colonial. Ensaio de geografia urbana retrospectiva. *Terra Livre-AGB*, 10, p. 23-78, 1992.

BARRIERA, Darío. *Abrir puertas a la tierra: microanálisis de la construcción de un espacio político: Santa Fe, 1573-1640*. 2. a ed. Santa Fe, Argentina: Ministerio de Innovación y Cultura de la Provincia de Santa Fe, Museo Histórico Provincial Brigadier Estanislao López, 2017.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional/Edusp, 1973.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 251-294, 2009.

CALVO, Luis María. *Pobladores españoles de Santa Fé la Vieja (1573-1660)*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1999.

CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984.

CARDOZO, Efraim. *El Paraguay Colonial*. Asuncion: El Lector, 1996.

CARDOZO, Ramón. *La Antigua Provincia de Guairá y la Villa Rica del Espíritu Santo*. Buenos Aires: Librería y Casa Editora de Jesús Menéndez, 1938.

CEBALLOS, Rodrigo. *Arribadas Portuguesas: a participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (c. 1580-c. 1680)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2008.

CHMYZ, Igor. Arqueologia e história da vila espanhola de Ciudad Real do Guairá. *Cadernos de Arqueologia*.1, p.7-103, 1976.

COSTA, Maria de Fátima. *A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade/Kosmos, 1999.

ELLIOTT, John. *España y su mundo: 1500-1700*. Madrid: Taurushistoria, 2007.

FARBERMAN, Judith. La Construcción de un espacio de frontera. Santiago del Estero, el Tucumán y el Chaco desde el pré-hispánico tardío hasta mediados del siglo XVIII. *Revista del Museu de Antropologia*, v. 9, n. 2, p. 187-198, 2016.

FILHO, Amílcar Torrão. *Paradigma do caos ou cidade da conversão? São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775)*. São Paulo: Annablume, 2007.

FRADKIN, Raúl; GARAVAGLIA, Juan Carlos. *La Argentina Colonial*. El Río de la Plata entre los siglos XVI y XIX. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

GADELHA, Regina Maria. *As missões jesuíticas do Itatim – Estruturas socioeconômicas do Paraguai Colonial: séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Mercado interno y economía colonial: tres siglos de historia de la yerba mate*. Rosario: Prohistoria ediciones, 2008.

GARAY, Blas. *História del Paraguay*. Madrid: Librería y Casa Editora, 1896.

GRACIA, Joaquim. *Los jesuitas en Cordoba. 1585-1626*. Córdoba: Universidad Católica de Córdoba, 2006.

GUTIÉRREZ, Ramón. Povoados e reduções indígenas na região de Cuzco: persistências e inovações. In: ABREU, Mauricio A.; FRIDMAN, Fania (orgs.) *Cidades latino-americanas: Um debate sobre a formação de núcleos urbanos*. Rio de Janeiro: Faperj/Casa da Palavra, 2010. p. 37-51.

HANSEN, João Adolfo. *Manoel da Nóbrega*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

HELMER, Marie. Comércio e contrabando entre a Bahia e Potosí no século XVI. In: *Revista de História*, 15, SP, USP, jul.-set. 1953.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Expansão Paulista em fins do século XVI e princípio do século XVII. *Publicações do Instituto de Administração*, 29, p. 3-23, 1948.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 22. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

IGARETA, Ana. Urbanismo colonial temprano en la Republica Argentina: aportes desde la arqueologia. *Tempo y sociedade*, 15, XIV, p. 7-17, 2010.

IGARETA, Ana. Arqueologia de Santiago del Estero colonial: historia de varias ciudades. En Buján, Jorge (comp.). *Ciudades y territorio en America del Sur*. Buenos Aires: Editorial Nobuko, 2012.

JENSEN, Carlos E. Romero Jensen. *La Villa de Talavera del Rey*. Separata de Historia Paraguaya. Vol.LIV. Asunción: Anuario de la Academia Paraguaya de la Historia, 2014.

JENSEN, Carlos E. Romero. *El Guairá: caída y éxodo*. Asunción: Academia Paraguaya de la Historia, Fondec, 2009.

LEBRERO, Rodolfo González. *La pequeña aldeã*. Sociedad y economía en Buenos Aires (1580-1640). Buenos Aires: Biblos, 2002.

MAEDER, E. La guerra de fronteras y el reflujo de la conquista rioplatense en el siglo XVII. *Boletín de la Academia Nacional de la Historia* LX: p.131-148, 1987.

MANTILLA, Manuel Florencio. *Cronica Historica de la Provincia de Corrientes*. Tomo 1. Corrientes: Moglia Ediciones, 2009.

MARSCHOFF, Maria. Movilidad, Habitantes y Experiencias del Paisaje. Los Lugares de Esteco (Salta, Argetina, s. XVI-XVII). *Revista de Arqueología Histórica Argentina y Latino-Americana*, n. 12, 2018.

MONTEIRO, John. Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo*. Volume 1: A Cidade Colonial. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MONTES, Anibal. *El gran alzamiento Diaguita (1630-1643)*. Rosário, 1961.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI*. São Paulo, Hucitec, 2000.

MORSE, Richard; DOMINGUES, Beatriz Helena (org.). *Cidades e cultura política nas Américas*. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

MORSE, Richard. O desenvolvimento urbano da América espanhola colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Colonial*. Vol II. São Paulo: Edusp, 1997.

MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y control colonial en el siglo XVII*: Buenos Aires, el Atlántico y el Espacio Peruano. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988.

NÓBREGA, Mello. *História do Rio Tietê*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

NOVAIS, Fernando. Condições de privacidade na colônia. In: Souza, Laura Mello e (org.) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961.

PATTI, Beatriz. Buenos Aires, la ciudad de la etapa inicial (1580-1680). Seminário de Crítica. 71, Buenos Aires, p. 1-53, 1996.

PORTO SEGURO, Visconde. *História Geral do Brasil*. Tomo Segundo. 3. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos.

PREBISH, Teresa Piossek. *La ciudad em Ibatin*. La primera San Miguel de Tucumán (1565-1685). Ed. Autora, 1987.

RAMA, Angel. *A cidade e as letras*. São Paulo: Boitempo, 2015.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Pioneira, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo, vila, cidade, metrópole*. São Paulo: Via das Artes, 2004.

RIBEIRO, Fernando V. Aguiar. Vilas do planalto paulista: a criação de municípios na porção meridional da América Portuguesa (séc. XVI-XVIII). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

RIVAROLA PAOLI, Juan Bautista. *La economia colonial*. Assuncion: Litocolor, 1986.

ROMERO, José Luis. *Latinoamérica*. Las ciudades y las ideas. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores Argentina, 2005.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Paulo F. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

SCHALLENBERGER, Ernelo. *A integração do Prata no sistema colonial: colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá*. 2. ed. Cascavel: EDUnioeste, 2015.

SCHULTZ, Kara. *The Kingdom of Angola is not very far from here: the Rio de la Plata, Brazil, and Angola, 1580-1680*. Dissertation Submitted to the Faculty of the Graduate School of Vanderbilt University, Nashville, Tennessee, 2016.

SIMIOLI, Julia; PORTERIE, Ana Paula. Esteco: una ciudad desaparecida que no deja de estar presente. *Museu*, n. 27, Fundacion Museu de la Plata, 2015.

SOLANO, Ramon. *Vida e obra de Domingo de Irala*. Asunción: Academia Paraguaya de Historia, 2006.

SPOSITO, Fernanda. *Santos, heróis ou demônios?* Sobre as relações entre índios, jesuítas e colonizadores na América Meridional (São Paulo e Paraguai/Rio da Prata, séculos XVI-XVII). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

TAUNAY, Afonso de. São Paulo: *Vetera et Nova*. Separata do Volume XIII dos Anais do Museu Paulista. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1949.

TORRE REVELLO, J. *Esteco y Concepción del Bermejo*. Dos ciudades desaparecidas. Buenos Aires: Peuser, 1943.

VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo no império dos Felipes: conexões na América Meridional*. São Paulo; Intermeios, 2014.

VILARDAGA, José Carlos. Na bagagem dos *peruleros*: mercadoria de *contrabando* e o caminho proibido de São Paulo ao Paraguai na primeira metade do século XVII, *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 127-147, jan-abr. 2017.

VIOTTI, Hélio Abranches. A aldeia de Manicoba e a fundação de Itu. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, 71, p.389-401, 1974.

Artigo apresentado em 29/06/2020. Aprovado em 12/11/2020.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License